

A ética do jornalismo na cobertura das questões ambientais

Fabiola de Oliveira*

Uma parte significativa da imprensa brasileira, tanto de jornalistas como de empresários da comunicação, adotou uma posição de resistência ao regime militar, de luta contra a censura na imprensa e a falta de liberdade de expressão. Nesse período recente, entre 1964 e 1985, muitos jornalistas passaram a encarar a profissão como um instrumento revolucionário de libertação. Os jornalistas e alguns de seus patrões pareciam unidos por uma causa comum.

Com o fim do regime militar, há apenas 7 anos - um período mínimo na história de uma nação - vemos que a realidade da imprensa e dos jornalistas mudou. As empresas jornalísticas se estabeleceram, cada vez mais, como grandes grupos econômicos. E nós, jornalistas, passamos a disputar um acirrado e competitivo mercado de trabalho. E nesta disputa, onde os campeões são aqueles que conseguem produzir maior número de manchetes de primeira página, entre os possíveis perdedores estão alguns de nós que ainda buscam fazer um jornalismo mais investigativo, sério e consequente. Também muitas vezes perdem os leitores na qualidade da informação que recebem. Com isto, que não ocorre só no Brasil, a ética do jornalismo tem sido não raro uma questão vencida, por vezes até ultrapassada.

A ética do jornalismo é e deve ser universal, como é a do médico, do advogado, do professor, e de tantas outras profissões universais. É universal porque nós jornalistas e os meios de comunicação de massa temos responsabilidades semelhantes às do médico, do advogado e do professor. Também está em nossas mãos boa parcela das possibilidades de tratar da saúde, de julgar e de ensinar a população. São responsabilidades cruciais para a formação da consciência e do desenvolvimento de uma sociedade.

Sou de uma geração que saiu das escolas de jornalismo com a esperança de que esta era uma profissão capaz de influir como agente transformador da sociedade. Hoje vejo que não existe agente transformador de curto prazo - a não ser as guerras e as revoluções, ainda assim precedidas de longos processos de luta. Mas, até por uma questão de sobrevivência, não perdi a esperança de que o nosso trabalho tem a essência da transformação.

* Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação, assessora de Comunicação Social do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e vice-presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC).

As questões do meio ambiente e do desenvolvimento oferecem hoje uma oportunidade que não podemos perder, de discutirmos a ética de nossa profissão. E acredito que nestas questões o maior princípio ético que devemos perseguir é o da universalidade de nosso trabalho. Ser universal é tratar os temas do meio ambiente e do desenvolvimento de maneira global. É tratar um problema local com a consciência de que ele está vinculado a contextos sociais, econômicos e políticos que têm origens globais, e consequências que a médio e longo prazos também podem ser globais.

Os países desenvolvidos estão atualmente preocupados com as possibilidades do aquecimento do planeta devido ao aumento do efeito estufa, e com os buracos na camada de ozônio. Já em mais de uma oportunidade ouvi de jornalistas destes países, que estas são as questões mais importantes em relação ao meio ambiente a serem divulgadas pela imprensa. São problemas que afetam todo o globo, no que concordamos.

Mas não percebemos aí uma visão ética universal, quando não são contemplados os problemas mais urgentes do 3º mundo, que são a pobreza e todas as suas consequências. Não podemos ignorar, por exemplo, que o não acesso a tecnologias limpas, a ausência de saneamento básico, a mortalidade infantil descontrolada, as doenças por falta de higiene e, acima de tudo, a dificuldade de acesso à educação, têm consequências globais. E isto não é profecia. Ao contrário do efeito estufa e dos buracos na camada de ozônio, as consequências do subdesenvolvimento para o planeta, não precisam ser demonstradas cientificamente. As suas causas são bem conhecidas - e as responsabilidades por elas também cabem aos desenvolvidos.

Por isto vejo que a ética universal do jornalismo sobre meio ambiente e desenvolvimento, deve enxergar causas e consequências de maneira global. A ética dos jornalistas não é a mesma de seus países e nem a mesma de seus governos. Se países desenvolvidos querem que preservemos as florestas e sua biodiversidade, deverão aprender que isto não é possível sem soberania e sem desenvolvimento. Se donos de veículos de comunicação querem acreditar que seu sucesso é medido principalmente pelo número de manchetes sensacionalistas que conseguem publicar, cabe aos professores, aos profissionais de jornalismo e a própria sociedade ensinar, praticar e reivindicar uma melhoria na qualidade da informação veiculada pela mídia. É esta a missão ética universal que devemos assumir. Temos que nos opor à visão exclusivamente mercantilista do jornalismo, e recuperar a sua função de agente transformador social e político.

Para tanto precisamos estar preparados. Precisamos nos especializar e ter a ambição do conhecimento, instrumento maior do poder. O jornalista hoje que quer fazer um trabalho sério de cobertura do meio ambiente, deve saber sobre o que está falando. Como o médico, o advogado e o professor, ele tem que se especializar e se aperfeiçoar. É a única forma de evitar a manipulação política e econômica da informação. É a única forma de cumprirmos a função ética e social de nosso trabalho.